

HABEAS CORPUS Nº 570.058 - SP (2020/0078046-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MENESIO PINTO CUNHA JUNIOR - SP149434
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE BRUNO SAMPAIO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em face de acórdão assim relatado (fl. 9):

Insurgem-se os réus Gilmar Divino Pereira dos Santos e José Bruno Sampaio contra a r. sentença prolatada pela MMa. Juíza de Direito, Dra. BARBARA DONADIO ANTUNES CHINEN, cujo relatório ora se adota, que os condenou como incurso no artigo 46, parágrafo único, c.c. artigo 53, inciso II, alínea "c", ambos da Lei nº. 9.605/98, e no artigo 7º, inciso IX, da Lei nº. 8.137/90, às penas de 3 anos, 7 meses e 16 dias de detenção, em regime inicial semiaberto.

Suscita a Defensoria Pública, preliminarmente, a nulidade por ausência de fundamentação. Aponta que a r. sentença deixou de apreciar as teses de que José era funcionário de Gilmar e de que a conduta de ter em depósito para vender mercadorias em condições impróprias para consumo é própria de comerciante. No mérito, propugna a absolvição de José Bruno por insuficiência de provas. Afirmar ser o tipo descrito no artigo 7º inciso IX, da Lei nº. 8.137/90 crime próprio de comerciante, não podendo ser praticado por José, lavrador, e não haver laudo específico que comprove a impropriedade dos produtos. Aduz também a ocorrência do crime único do artigo 46 da Lei nº. 9.605/95, afastando-se, por força da especialidade, o delito contra as relações de consumo. Em caso de entendimento contrário, afirma que a posse de palmito in natura era mera preparação para o crime da Lei nº. 8.137/92. Subsidiariamente, pede o estabelecimento da pena de partida no piso legal, o afastamento da agravante da reincidência, a incidência da atenuante da confissão, a fixação do regime aberto e a substituição da pena segregativa por restritivas de direitos.

As razões recursais de Gilmar, a seu turno, deduzem idêntico pleito de absolvição por ausência de materialidade delitiva ou fragilidade probatória. Sustentam que o laudo pericial de fls. 32/39 é imprestável, uma vez que os peritos criminais não têm conhecimento científico para afirmar se os palmitos eram impróprios para o consumo e se foram extraídos da Mata Atlântica. Subsidiariamente, requer a fixação da pena-base no mínimo legal e do regime aberto ou domiciliar.

Os recursos foram devidamente contra-arrazoados.

O parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça, de lavra do Dr. CÉSAR PINHEIRO RODRIGUES, é pelo improvimento dos apelos.

É o relatório.

Consta dos autos condenação pela prática do crime tipificado no art. 46 da Lei 9.605/95, à pena de 9 meses e 10 dias de detenção, em regime semiaberto, e 15 dias-multa.

A impetrante sustenta que a tese de que o paciente era mero funcionário do correú não foi analisada pelas instâncias ordinárias, bem como que não existe prova de que estivesse na posse de material de origem vegetal.

Salienta, ainda, que o aumento na pena-base é desproporcional; que os maus antecedentes não estão configurados, porque não há documento hábil para tal fim, não podendo o acórdão citar a folha de antecedentes em recurso exclusivo da defesa; e que as consequências do crime não está devidamente fundamentada, existindo *bis in idem* com a causa de aumento.

Por fim, aduz que não há prova da reincidência e de que o objeto do crime está em extinção para justificar aumento na terceira fase, concluindo que outro regime deve se fixado, assim como a substituição por penas alternativas, se reconhecida a reincidência.

Nesse sentido, requer a concessão do *habeas corpus* para que a sentença seja anulada por falta de fundamentação ou que haja absolvição. Caso mantida a condenação, que a pena seja diminuída.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que as pretensões de anulação da sentença, absolvição e alteração da dosimetria, são satisfativas, melhor cabendo o exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator